

Mais congregações recusam “Nova CPA”

As propostas da Reitoria de mudanças na carreira atreladas a uma centralização ainda maior do processo de avaliação têm sido recusadas por expressiva parcela dos colegiados. Raras são as congregações e departamentos que endossam a proposta na sua essência. Mesmo unidades que evitam politizar a questão — ou que ainda pressupõem a boa-fé da Reitoria — rejeitam ou questionam de modo contundente as propostas centrais do “Estatuto do Docente” e da “Nova CPA” apresentadas pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan.

“Mesmo entendendo que a avaliação faz parte de um processo de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dentro de um determinado sistema, não fica clara a real necessidade da avaliação no formato proposto. De fato, quais são os problemas a serem enfrentados e qual o motivo de uma estratégia punitiva?” “Como será, de fato, avaliada (critérios?) a qualidade das ações docentes nos três pilares da Universidade (ensino, pesquisa e extensão)?” “Nas avaliações e reavaliações quinquenais dos docentes, não fica claro como será feita essa reavaliação, ou seja: a avaliação respeitará a opinião dos Departamentos e da Unidade? Em caso negativo, como fica o poder decisório ou a opinião/avaliação do Departamento e da Unidade?”

Tais perguntas diretas, simples e incisivas abrem o documento denominado “Posicionamento da Escola de Educação Física e Esporte [EEFE] sobre as possíveis alterações na avaliação docente e institucional”, que resulta da discussão das minutas da Reitoria realizada nos três departamentos que compõem a unidade.

A maior parte do documento da EEFE é constituída por indagações candentes desse tipo, cuja mera formulação já demonstra a inconsistência das minutas da Reitoria: “Por qual motivo assuntos como afastamentos, ingressos e reingressos na carreira, licenças, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do docente serão alvo de acompanhamento e deliberação pela CAD [Comissão de Avaliação Docente] e não pelos De-

partamentos e Unidades?” “Na hipótese de avaliação insatisfatória, poderá haver a suspensão de concessão de licença prêmio [...] o descumprimento do protocolo de compromisso ensejará a instauração de processo administrativo para aplicação das penalidades correspondentes. O que será considerada uma avaliação insatisfatória?” A avaliação, completa o texto, “deveria ser realizada no sentido do aperfeiçoamento e controle das atividades e não da punição”.

Acrescenta, ainda: “Por quê os membros da CAI [Comissão de Avaliação Institucional] e CAD serão indicados pelo reitor e não pelas diferentes Unidades? Por quê os Presidentes e Vice-Presidentes da CAI e da CAD serão escolhidos pelo reitor e não eleitos pelos membros de cada Câmara?”

Conclui o documento da EEFE: “Como pode ser observado, fica claro que, pelos questionamentos apresentados, a presente proposta ainda carece de aperfeiçoamento e de uma maior discussão nas unidades e nos órgãos centrais”.

A Congregação do Instituto de Biociências (IB) “mostrou-se contrária à aprovação das propostas tal qual apresentadas e sugere que a Reitoria adote um ciclo de discussões mais amplo, envolvendo Departamentos, Unidades e categorias docentes para permitir que as demandas e sugestões de cada segmento sejam ouvidas, consideradas e incorporadas, refletindo mais adequadamente a complexidade inerente às inúmeras atividades desenvolvidas na Universidade”.

As razões apontadas são a “falta de critérios claros de avaliação que contemplem as especificidades das diferentes áreas de conhecimento presentes nas Unidades”; “a proposta de composição da CPA não reflete a complexidade das áreas existentes na Universidade e uma centralização excessiva em um grupo pequeno de membros pode comprometer a autonomia didático-científica dos Departamentos e Unidades”; “eventuais desempenhos insatisfatórios por parte de docentes não devem ensejar processos administrativos, pois tal procedimento deve ser

utilizado apenas em casos de falta grave”; “a avaliação deveria começar no âmbito das Unidades”.

Também o Instituto de Geociências (IGc) recusou o teor dos documentos da Reitoria. Os membros da Congregação “foram unânimes em considerar que alterações desta monta no Estatuto e Regimento Geral necessitam de período adicional para análise e discussões mais aprofundadas pela comunidade e órgãos colegiados, sobretudo por se tratar de proposta de comissão com poderes de órgão central da Universidade”. No que toca ao mérito das propostas, “houve consenso de que, na forma como concebida e apresentada, a proposta da Reitoria não atende às expectativas da Unidade quanto à condução do processo de reformulação do sistema de avaliação atualmente vigente”.

O IGc entende que “falta, no encaminhamento da proposta, a explicitação de suas motivações ou justificativas, isto é, um diagnóstico que a embase”, bem como “uma avaliação sobre como as mudanças previstas modificariam o grau de autonomia de Departamentos e Unidades em relação à Reitoria”; “causa preocupação a intensa centralização do processo de avaliação previsto no documento proposto pela Reitoria”, pois entende-se que “que a avaliação docente deva ser de competência dos colegiados da Unidade (Conselhos de Departamento e Congregação)”; “centralizadora e inadequada a decisão de que caberá à CAD, segundo critérios não explicitados, arbitrar sobre a permanência ou não do professor em ‘determinado regime de trabalho’, bem como sobre seus direitos legais a afastamentos e licenças-prêmio”.

Mais: “Não se reconhece como sensata e juridicamente válida a previsão de que os recursos das decisões das Câmaras da CPA sejam decididos em última instância pela Comissão Plenária da própria CPA, posto que esta Comissão será integrada apenas por membros das próprias Câmaras, sendo todos indicados pelo reitor. O papel de instância de recurso deve ser exercido por órgão independente dos autores da avaliação inicial que deu

margem ao recurso”. Por fim: “A indefinição dos critérios de avaliação docente, que são deixados para serem discutidos a posteriori, dá margem para que uma comissão central possa estabelecer esses critérios, sem o conhecimento da comunidade docente e, portanto, sem o necessário diálogo com ela”.

A Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EA-CH) faz uma série de propostas de modificação, mas conclui que “*apenas após modificação substancial de sua forma e conteúdo a proposta de criação da nova CPA poderia ser aprovada*” (destaques nossos).

A EACH considera que, embora se espere “que o objetivo maior da CPA seja o de propiciar o avanço na qualidade do trabalho docente”, o texto não realiza tal necessidade, “e foca-se erroneamente na punição dos avaliados negativamente”; “uma avaliação que ignora tanto o cenário coletivo de construção do plano individual quanto as dificuldades enfrentadas durante o ciclo de avaliação se caracteriza por ter um objetivo exclusivamente punitivo (findo o ciclo avaliativo), sendo assim ilegítima”; “9 indivíduos jamais poderiam representar adequadamente ‘áreas’ do conhecimento – no máximo ‘Grandes Áreas’”.

A Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) sintetizou os debates ocorridos nos três departamentos que a constituem, dizendo não ter havido consenso, pois para alguns “a forma de encaminhamento e o perfil da proposta exibem traços autoritários, centralizadores e punitivos”, enquanto outros a receberam “como uma possibilidade de avaliação equitativa e orgânica, porém requerendo discussões mais aprofundadas e refinamento na elaboração dos textos com a participação contínua da comunidade da USP”. Adverte, porém, o documento da EERP: “Em ambos os casos, foi referido desconforto e sensação de insegurança quanto ao futuro da carreira docente nesta universidade para os que nela estão e preocupação em mantê-la atrativa como possibilidade laboral a novos talentos”.

Empresa denuncia FDTE e docentes da Poli por concorrência desleal. Reitoria silencia

Diante da inação do reitor e da PG, a Oceânica Engenharia enviou documentos à Adusp. Diretor da EP, José Piqueira, integra Conselho Curador da FDTE

A empresa Oceânica Engenharia Consultoria e Projetos, sediada em São Paulo, denunciou à Reitoria da Universidade de São Paulo, em 2015 e novamente em abril de 2016, o uso indevido do laboratório denominado Tanque de Provas Numérico (TPN), pertencente à Escola Politécnica (EP-USP), pela entidade privada Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) em licitações e projetos remunerados, o que caracterizaria concorrência desleal e desvio de finalidade.

A acusação mais recente da Oceânica diz respeito a uma licitação realizada pelo Porto de Suape (Pernambuco) em fins de 2015, na qual saiu-se vitoriosa a FDTE, que intermediou projeto do professor Eduardo Aoun Tannuri (EP) vinculado ao uso do TPN, com participação da empresa Technomar e de um grupo de pesquisadores que é apresentado, nos documentos da licitação, como “equipe TPN-USP” (vide <http://migre.me/uaiWq>).

O projeto remunerado do professor Tannuri relativo ao Porto de Suape foi autorizado, na mesma data de sua apresentação (5/1/16), pelo chefe do Departamento de Engenharia Mecatrônica (*ad referendum* do Conselho do Departamento) e pelo diretor da EP, professor José Roberto Castilho Piqueira, que coincidentemente é membro do Conselho Curador da FDTE (vide *fac-símile*).

A FDTE, que se define como entidade “de apoio às atividades e projetos desenvolvidos para o mercado com tecnologia oriunda da Escola Politécnica”, informa, no seu site, que “desenvolve projetos relevantes em todas as áreas de engenharia da Escola Politécnica da USP”, e que mantém “parceria estratégica” com a escola (<http://goo.gl/gmOUpy>).

A construção do TPN, um laboratório avançado que permite a “modelagem matemática do ambiente *offshore*, marítimo e portuário, com foco na dinâmica de navios, plataformas, sistemas de ancoragem e dutos”, por meio de instrumentos como o Simulador

Marítimo Hidroviário (SMH), foi financiada por recursos da Petrobras e da Fapesp.

A Reitoria não reagiu às denúncias da Oceânica, que resolveu, então, encaminhar a documentação do caso à Adusp. Procurada pelo *Informativo Adusp*, a Reitoria não se manifestou até a data de fechamento desta edição.

“Modere sua ação”. Piqueira alega que os trabalhos relativos ao TPN “foram realizados de maneira legal e aprovados por todas as instâncias da Universidade, com recolhimento das taxas devidas”. Ele nega a existência de conflito de interesses ao acumular os cargos de diretor da EP e membro do Conselho Curador da FDTE: “Conselho Curador apenas aconselha e não trata do dia-a-dia. Não sou intermediário de qualquer tipo de projeto e não recebo qualquer remuneração pela minha atuação no conselho e, portanto, não tenho interesses, muito menos conflitos deles”.

Solicitado a comentar a autorização que assinou em 5/1/16, Piqueira declarou ao repórter do *Informativo Adusp*: “Se você conhecesse a universidade saberia que quem autoriza a participação em projetos é o CTA (Conselho Técnico e Administrativo), cumpridas as exigências regulamentares da CERT e da PG”. E acrescentou, fazendo acusações ao jornalista: “Você está exagerando e ofendendo. Por favor, modere sua ação ao defender a Oceânica. Falando nisso, que interesses você tem em uma empresa que usou a USP e faz um trabalho de tão baixo nível?”

Convidado a se pronunciar, o professor Tannuri sustenta que “nos termos da legislação sobre pesquisa e inovação é permitida a participação de pesquisadores docentes” em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o setor público ou privado. O TPN, alega, “tem sido alvo de críticas da Oceânica porque a sua associação com um grupo holandês não tem interesse em que a tecnologia

seja desenvolvida no Brasil, muito menos que seja utilizada para fins comerciais, com a criação de empresas *startups*”.

“No caso específico de Suape”, aduziu o professor, a Oceânica “sequer conseguiu demonstrar a sua qualificação para o desenvolvimento das atividades solicitadas por aquele porto, que são notadamente de pesquisa e desenvolvimento e não de prestação de serviços”, e “desistiu de oferecer proposta naquele certame, o que é incompreensível e ilógico com a afirmação de haveria concorrência com TPN para pesquisa”.

O empresário Marco Cueva, diretor da Oceânica, contesta as acusações de Tannuri: “A Oceânica é uma empresa 100% brasileira, desde a sua formação até os dias de hoje, formada por ex-alunos da USP”. Nos seus 13 anos de existência, prossegue, estabeleceu convênios de cooperação com outras empresas e convênios com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH) e a própria EP. “Neste último, inclusive, com um projeto Finep de dois novos equipamentos para a área naval e portuária. Entre esses convênios, firmou um com um laboratório holandês sem fins lucrativos para o estabelecimento do simulador no Brasil antes, por sinal, do desenvolvimento da USP”.

A seu ver, “o foco está sendo alterado, pois têm sido chamados de P&D trabalhos de engenharia especializados, somente para dar uma roupagem adequada aos trabalhos de engenharia feitos pela USP”. A Oceânica participou do certame em Suape, além de outra empresa de engenharia, CBI. “De acordo com o *Diário Oficial*, em 2014 houve uma licitação que a FDTE ganhou por R\$ 119 mil, da qual não participamos. Em 2015, ganhou com R\$ 105 mil. Não são verdadeiras as afirmações do professor. Conforme registrado em ata oficial, o trabalho é de ‘contratação de empresa especializada para a elaboração de simulação *real-time* de manobras de navios para o canal de navegação situado no porto externo de Suape’. Veja que não existe citação sobre P&D”, diz Cueva.

Conforme a mesma ata, a CBI entrou com o preço mais baixo, seguido da Oceânica e depois FDTE, mas o leilão fracassou, pois as

três participantes não preencheram corretamente algum item da proposta. “Pouco tempo depois, houve nova licitação, e somente a FDTE participou, pois tanto Oceânica quanto CBI não tiveram informação sobre a licitação. Nesta a FDTE entrou com valor abaixo do que a CBI havia empregado”, saindo-se vitoriosa. “Ou seja, no melhor dos casos, o mecanismo comercial da USP é muito mais eficiente do que empresas de mercado tradicionais, o que por si só já seria uma grande distorção”.

Procuradoria-Geral. Em documento encaminhado em 17/12/15 à Procuradoria Geral (PG-USP), o engenheiro Arthur de Almeida Jr., da Oceânica, relata haver entrado em contato com o atual diretor, professor José Piqueira, em 17/6/15, ocasião em que ele “nos afirmou desconhecer o tema relatado”, pedindo “que aguardássemos sua manifestação” (vide <http://migre.me/uaj2o>). Porém, prossegue, “fomos surpreendidos pela reportagem publicada em 16/8/15 no jornal *O Estado de S. Paulo*, relatando não somente as atividades comerciais de professores, funcionários, graduandos e pós-graduandos utilizando o patrimônio estabelecido no laboratório TPN como revelando a composição acionária de empresas aninhadas na USP” (vide <http://goo.gl/Cg9n3D> e <http://goo.gl/tHr1Mv>).

“Maior a surpresa que tivemos”, continua o representante da Oceânica, “foi a de o professor Piqueira, na referida reportagem, afirmar não somente ser de seu pleno conhecimento a prática do laboratório TPN como julgar essa atuação como ‘as jóias da EP’”. Assim, na opinião de Almeida Jr., o atual diretor da EP portou-se “como parte e não como árbitro”.

A seu ver, a “atuação comercial do laboratório TPN e das empresas que atuam sob seu nome e da USP, Argonáutica e Technomar, continua, na data de hoje, de forma desinibida”, acobertando-se em fundações “como FUSP e FDTE”. Por fim, ele indaga à PG-USP: “Houve qualquer sindicância a respeito das denúncias feitas na reportagem de 16/8/15? Qual o entendimento da USP acerca de: a) atividades comerciais desenvolvidas por professores da USP? b) uso do acervo público em be-



ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 05 de janeiro de 2016

AC: Prof. Dr. Fabio Gagliardi Cozman
Chefe do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos
Escola Politécnica da USP

Solicitação

Venho por meio desta solicitar autorização para atuar como coordenador do projeto "Elaboração de Simulação Real time de manobra de navios AFRAMAX para Porto de Suape", firmado entre a Fundação FDTE e o Porto de Suape. Este projeto versa sobre a aplicação de ferramentas de simulação computacional desenvolvida como minha atividade de pesquisa para avaliação e estudo de operação portuária.

Eduardo Aoun Tannuri
Professor Associado
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos
Tanque de Provas Numérico TPN-USP

Encaminhado "ad referendum" do
CD/PMR
Chefe do Departamento de Engenharia
Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos

Aprovado

José Roberto C. Piqueira
05/01/2016

PROF. DR. JOSÉ ROBERTO C. PIQUEIRA
Diretor da Escola Politécnica da USP

Av. Prof. Mello Moraes – 2231 – 05386-000 – São Paulo – SP – BRASIL
TEL.: 55 11 3091-5337 – FAX: 55 11 3091 5461

nefício privado?". Segundo Marcos Cueva, a PG-USP jamais respondeu ou deu qualquer satisfação à Oceânica.

Em 1/4/16, a empresa encaminhou nova manifestação, desta vez assinada por Cueva, à Reitoria, à Ouvidoria e ao superintendente de Comunicação Social, Eugenio Bucci, que também é articulista do jornal *O Estado de S. Paulo* (vide <http://migre.me/uajqW>). A denúncia versa "sobre a atuação do laboratório TPN na elaboração de projetos de engenharia na área portuária que não estão relacionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação, ou seja, a Universidade está participando de diversas concorrências apenas com intuito comercial", em prejuízo de "empresas privadas nacionais" e de "engenheiros brasileiros, muitas vezes formados pela própria escola", caso no qual o próprio Cueva se enquadra.

"Como mostra do quão nociva é esta atuação comercial", prossegue, "foram realizados nos últimos três anos 38 projetos de engenharia, na área de conhecimento citada, somente pelo referido laboratório". Exemplifica: "Como caso concreto podemos aludir a uma licitação pública de que participamos para o Porto de Suape, na modalidade menor preço/leilão reverso, típica para contratação de serviços comerciais,

na qual a Oceânica e outra empresa de engenharia nacional tiveram como concorrente a USP, por meio da FDTE".

Em anexo, o diretor da Oceânica enviou alguns documentos que constam da licitação em Suape: "Ficamos estupefatos com as alegações apresentadas pelo representante da FDTE, que afirmou ter total capacidade para realizar os trabalhos comerciais, utilizando as instalações e pessoal do TPN". A referência é ao Anexo 1 da proposta da FDTE, que relaciona como "Trabalhos anteriores da equipe TPN-USP" 31 projetos realizados entre 2007 e 2014. Nele são apontados como integrantes da "equipe TPN-USP", além do professor Tannuri, dois engenheiros navais que são sócios da Technomar, empresa privada da qual ele foi sócio-fundador, tendo se desligado dela em 2010.

"Impropriedade". Questionado pelo *Informativo Adusp*, o professor do Departamento de Engenharia Mecatrônica minimizou tal designação dos pesquisadores — isto é: "equipe TPN-USP" — porque, segundo ele, "não caracteriza o vínculo desses com a USP, ou transforma a natureza jurídica da empresa, ou a associa ao TPN". "É uma impropriedade de texto e nada mais que isto".

Embora atue em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), o professor Tannuri coordena ou coordenou, desde 2009, 32 projetos remunerados intermediados pela FDTE e outros 41 intermediados pela FUSP. O *Informativo Adusp* indagou ao docente se tal volume de projetos remunerados não faz dele mais um empresário do que um docente universitário, hipótese que ele rejeita.

"É parte fundamental e indissociável das atividades da Universidade a pesquisa. Não desenvolvo pesquisas como empresário, nem sou remunerado para fazer essas pesquisas dessa forma", alega. "Não recebo um preço pelas pesquisas. Não faço isso, recebo, quando recebo, uma remuneração pelo trabalho de pesquisa. Recebi para a minha participação nos projetos de pesquisa as autorizações da Universidade. Cumpri com a carga horária definida em todos eles. São projetos que têm interesse tecnológico e científico. Não são projetos empresariais".

Ainda segundo Tannuri, "não se pode confundir remuneração pelo trabalho de pesquisa com lucro". A obtenção de lucro não é seu propósito, afirma. "Se eu fosse um empresário ou quisesse me tornar um empresário, abandonaria as minhas funções como professor e pesquisador público e me dedicaria integralmente à iniciativa privada. Desculpem-me, é ofensivo, além de injusto, atacar meus trabalhos em pesquisa ou desqualificá-los porque recebi remuneração para ser pesquisador".

O docente faz questão de citar alguns indicativos que demonstram seu perfil acadêmico e "alta produção", entre eles: primeiro colocado do concurso Fuvest 1994 e ITA 1994; formado na EP em 1998 com média de 9,47 ("uma das maiores médias da história da escola"); realizou doutoramento direto; pesquisador 1D do CNPq; aprovado no concurso de livre-docência em 2010 com média de 9,9; orientou ou está orientando cinco alunos de doutorado, 14 de mestrado; possui 64 trabalhos indexados no Web of Science (fator H7) e 136 no Google Acadêmico (fator H13).

Sócio da DTComp. Não obstante seus argumentos, o professor Tannuri é sócio da empresa DTComp Processamento de Dados Ltda, criada por ele em 2010, quando já atuava em RDIDP havia três anos (vide <http://migre.me/uaj8E>). O outro sócio-fundador da DTComp foi Carlos Hakio Fucatu, doutor em engenharia naval, cujo currículo Lattes registra um vínculo institucional

com a USP desde 1993, "como pesquisador", tendo atuado "junto ao Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da USP" e "no Laboratório TPN", com carga horária de 10 horas (<http://goo.gl/NpjH4p>).

Em 2002, Tannuri e Fucatu fundaram a Technomar, um dos alvos da denúncia feita pela Oceânica. Em 2008, Fucatu tornou-se o único administrador da Technomar, e em 2010 Tannuri deixou a empresa (vide <http://migre.me/uaja4>). Em 2014, por seu turno, Fucatu retirou-se da DTComp. Tais informações são públicas, disponíveis para consulta *on line* no site da Junta Comercial: <http://goo.gl/MRj6an>. Exemplos de projetos da Technomar intermediados pela FDTE e coordenados pelo professor são os executados no Estaleiro Rio Grande (RS), em 2014, e no Porto de Aratu (BA), da Brasken, em 2015.

Os valores dos projetos intermediados pela FUSP e coordenados por Tannuri estão disponíveis no site da entidade. Os maiores projetos, em termos de valores redondos, são os financiados pela Petrobras, como os de números 2.419 (2011): R\$ 2,2 milhões, e 2.633 (2012/17): R\$ 3,861 milhões. Mas também há projetos com Suzano Papel e Celulose, Nova Agri, BG&P Brasil, Companhia Docas de SP etc. O site não informa a remuneração do docente em cada projeto, nem as taxas recolhidas à USP.

O professor Tannuri enviou ao *Informativo Adusp* cópias dos pedidos de autorização relativos a cada projeto por ele coordenado na FDTE e as atas do Conselho de Departamento das quais constam as respectivas aprovações. Contudo, a documentação relativa à carga horária dos projetos, aos valores e comprovantes do recolhimento de taxas não foi encaminhada. "Eu não tenho essa documentação toda. O que tinha disponibilizei", diz.

Cabe lembrar que logo após a publicação da reportagem de *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 2015, a Reitoria afastou da direção executiva da FUSP o professor José Roberto Cardoso, instalou sindicância e se comprometeu a dar publicidade do que viesse a ser apurado, o que até agora não ocorreu. "Naquele caso como agora, é inaceitável que a Reitoria não venha a público esclarecer e se posicionar sobre a gravidade dos conflitos de interesse que parecem dominar o cenário desse tipo de atuação em parceria com fundações privadas", declara a diretoria da Adusp.

Em 15/6, ato das três universidades paulistas apresenta reivindicações da greve ao Palácio



Fotos: Daniel Garcia

Um grande ato reunindo docentes, funcionários técnicos-administrativos e estudantes da USP, Unesp e Unicamp ocorreu em 15/6, com o objetivo de levar ao Palácio dos Bandeirantes as reivindicações da greve que ocorre conjuntamente nas três universidades. Organizada pelo Fórum das Seis, a manifestação reuniu cerca de 2 mil pessoas, que saíram do portão principal da Cidade Universitária (P1), percorreram as avenidas Vital Brasil, Francisco Morato, João Jorge Saad e Giovanni Gronchi, até chegar na Avenida Morumbi, onde está localizado o Palácio dos Bandeirantes.

Quando a passeata se aproximava do Palácio, na Avenida Giovanni Gronchi, um cordão da Polícia Militar (PM), escoltado por viaturas e motos, impediu os manifestantes de prosseguirem. Uma comissão do Fórum das Seis negociou a liberação da avenida com representantes da PM e do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o ato prosseguiu até o Palácio, onde 12 integrantes do Fórum das Seis entregaram aos assessores da Casa Civil documentos que reivindicavam o aumento de recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps).

Atualmente, o repasse às universidades de 9,57% da Quota-Parte Estadual do ICMS sofre descontos

indevidos. Isso se dá porque o governo estadual subtrai da base de cálculo do repasse itens como Habitação e diversas alíneas da arrecadação referentes a multas e juros, além de abater a receita da dívida ativa do ICMS e os descontos da Nota Fiscal Paulista. Com isso, apenas nos anos de 2014 e 2015, USP, Unesp e Unicamp deixaram de receber cerca de R\$ 600 milhões.

“Total do produto”. Na luta para reverter tal manobra contábil, o Fórum das Seis reivindica que se façam alterações na redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não apenas elevando o percentual de repasse de 9,57% para 10%, mas fazendo constar a expressão “total do produto do ICMS, Quota Parte do Estado”, afastando assim a prática utilizada pelo governo Alckmin. Após a greve das três categorias, em 2014, o Cruesp passou a defender o aumento do repasse para 9,907%, incluindo o termo “total do produto do ICMS”; porém, os reitores das três universidades deixaram de apresentar emendas à LDO com tal conteúdo, tanto em 2014 quanto em 2015.

O assessor executivo da Casa Civil, Jesse James Latance, comprometeu-se com os representantes do Fórum das Seis a agendar uma



Professor César Minto negocia liberação da marcha



Professora Lighia Matsushigue dialoga com a tropa da PM

audiência das entidades com o secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio França, para tratar da questão de recursos na LDO de 2017. Após o encontro com Latance, o Fórum das Seis avaliou como positivos o ato e a negociação. O Fórum apontou que “a perspectiva bastante concreta de audiência com o secretário de Desenvolvimento para debater a questão dos

recursos é importante”, devendo se efetivar “na medida em que mantenhemos o movimento forte e nas ruas” (<http://goo.gl/zanKCf>).

Levadas as reivindicações do Fórum das Seis aos assessores do governo, as atenções agora se voltam para a Assembleia Legislativa (Alesp), onde está sendo discutida a LDO de 2017, com previsão de ser votada até o final de junho.